



## **RECOMENDAÇÕES GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA PARA O PROGRAMA DE TRABALHO SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA**

Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira apresenta contribuições acerca da situação das mudanças climáticas no Brasil para serem consideradas como contribuição para o programa de trabalho sobre transição justa.

Como organização do movimento negro brasileiro, Geledés tem aprofundado discussões, levantado proposições e travado embates, em nível nacional e internacional, para que haja reconhecimento do racismo ambiental por parte das autoridades. Isso porque, consideramos esse passo necessário para enfrentar a desproporcionalidade dos impactos do contexto global de emergência climática.

O conceito de racismo ambiental se ampara no reconhecimento do racismo sistêmico, formado por um longo processo histórico de racialização de populações afrodescendentes e indígenas, e na ação institucional deliberada que mantém permanentemente essas mesmas populações em condições de vulnerabilidade social, política e econômica. Em todas as regiões do planeta, a população afrodescendente está desproporcionalmente concentrada em zonas de sacrifício - regiões onde predominam ameaças à vida devido à degradação ambiental. Uma realidade com essa magnitude precisa ser encarada como fato histórico e político, o que implica em ganhos econômicos e políticos para uns, enquanto submete muitos a condições de extrema dificuldade.

Medidas para uma transição justa devem ser formuladas à luz da justiça ambiental e climática. Por isso, todos os compromissos assumidos devem enfrentar as desigualdades globais, assim como prever e mitigar a desproporcionalidade dos danos e perdas em múltiplos níveis e dimensões.

### **RECOMENDAÇÕES**

1. Aproximar o plano de trabalho sobre transição justa da agenda de desenvolvimento sustentável, que reconheceu a questão racial na [Declaração Política adotada no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável \(HLPF\)](#), em setembro de 2023, sob os



auspícios da Assembleia Geral. Como se verifica, o documento entende ser necessário ampliar a cooperação, as parcerias, a inclusão e o respeito à diversidade, assim como intensificar os esforços de combate ao racismo, às formas de discriminação, xenofobia, intolerância correlata, estigmatização e aos discursos de ódio;

2. Institucionalizar mecanismos de participação para a formulação de políticas e acolhimento de denúncias de violações aos direitos humanos no contexto da transição justa. A recomendação visa garantir a inclusão de populações afrodescendentes na governança climática global e nacional, e assegurar diversidade de gênero e raça em posições de tomada de decisão;
3. Descentralizar a geração de energia por meio de incentivos financeiros e institucionais, estimulando iniciativas comunitárias e projetos de pequena escala voltados para a geração de energia renovável;
4. Reduzir as desigualdades energéticas nacionais e internacionais e ampliar o acesso a tecnologias de energia limpa, assegurando equidade no fornecimento e nos usos de energia;
5. Desenvolver indicadores de monitoramento para identificar os grupos sociais mais impactados pelas medidas de transição energética, com ênfase em renda, cor e etnia, gênero e localidade. Especial atenção deve ser dada às pessoas empregadas nas cadeias de combustíveis fósseis, com destaque para situações de trabalho mais vulnerabilizadas e com piores condições, a fim de promover a inclusão produtiva e financeira dos trabalhadores e trabalhadoras mais afetados.